

# Sistema de governo: o prazo está acabando e o impasse continua.

### Mas Ulysses promete para hoje uma reunião com o relator "praticamente definitiva"

O jogo parlamentarismo versus presidencialismo continua emboado no meio do campo, com troca de muitos passes e sem nenhuma perspectiva de gol. Isso, apesar de o tempo de prorrogação, já esticado pelo juiz, aproximar-se do final. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, deve entregar seu substitutivo nesta sexta-feira e, se até lá não houver acordo, haverá o confronto em plenário, que todos querem evitar, porque a diferença entre o vitorioso e o perdedor seria mínima e a vitória por pequena margem não daria o respaldo necessário à sobrevivência do novo regime, como admitiu o senador José Richa (PMDB-PR).

"Eu sou o juiz dessa partida e, como presidente da Constituinte, devo exprimir a vontade da maioria. Não devo imprimir e muito menos comprimir", explicou ontem o deputado Ulysses Guimarães, ao anunciar para hoje uma reunião "praticamente definitiva" com o relator Bernardo Cabral, sobre os principais pontos do seu substitutivo. Ulysses não quis adiantar nenhum desses pontos, embora tenha admitido que a tese presidencialista "ganhou corpo" nos últimos dias e que acredita num acordo, o que, em política, segundo ele, "pode ser feito e desfeito até o último minuto".

O presidente Sarney, mais uma vez, disse não aceitar o parlamentarismo híbrido, por acreditar — segundo relato do presidente do PFL, senador Marco Maciel, que esteve com ele por uma hora e meia — que esse sistema é frágil, podendo gerar crises de governo. Maciel, porém, não quis considerar se Sarney só aceitaria o parlamentarismo puro, no caso de não conseguir a aprovação do presidencialismo na Constituinte. Mas adiantou que o presidente continuará a lutar pelo presidencialismo. Na verdade, Sarney já tem seu esquema montado. No sábado, conhecido o substitutivo, ele vai chamar seus ministros e dizer que não abre mão do presidencialismo.

Sarney, aliás, não gostou nada do documento parlamentarista elaborado anteontem por um grupo de 14 constituintes, conforme contou um deles, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), depois de um encontro com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. O documento, que suprime a reinvindicação de eleições gerais — presidencial, legislativa e de governadores — em 1990, foi considerado um "chope com água", ou seja, "não entusiasma o governo nem aqueceu o coração, porque não foi uma demonstração de que havia avanços", segundo Cid Carvalho.

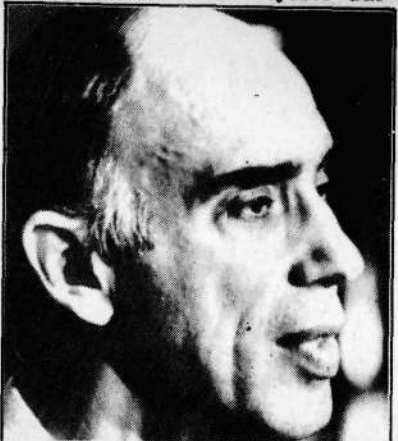
Apesar de, anteontem, ter de-

cretado a morte do parlamentarismo na Constituinte, Carvalho, ontem, já havia mudado de posição, afirmando ainda acreditar na implantação desse sistema, dependendo de acordo entre os próprios parlamentaristas.

Maciel, defendendo o presidencialismo, também disse acreditar em consenso, pois "enquanto há prazo não há pressa". Mas caso não seja possível o presidencialismo proposto pelo presidente Sarney, o senador disse que só aceitaria o parlamentarismo puro.

Outro que estava com Sarney, o governador do Pará, Hélio Gueiros, disse que "parlamentarismo é golpe, é a cassação das eleições diretas". E, segundo ele, Sarney concordou com isso, reiterando que fará "tudo o que estiver à mão" pela manutenção do presidencialismo. Dizendo-se decepcionado com a Constituinte, Gueiros afirmou que "eles esqueceram a luta pelo restabelecimento das eleições diretas e estão traindo o povo".

Ao contrário de Ulysses Gui-



Marco Maciel, acreditando ainda num acordo: "Enquanto há prazo não há pressa".

marães, o senador José Richa, um dos líderes do grupo parlamentarista, declarou-se esperançoso na implantação do parlamentarismo e num acordo com o Planalto sobre o assunto, "para evitar o confronto, que seria péssimo ao País". E apontou que um dos obstáculos ao entendimento é a proposta de mandato de seis anos para o presidente Sarney, questão, segundo Richa, "irrelevante" e que pode ser negociada. Richa defende um parlamentarismo gradual, a partir de 1988, quando o primeiro-ministro seria de livre escolha do presidente; e em 1989 o primeiro-ministro seria submetido à votação na Câmara, ficando sujeito ao voto de censura.

## O que o governo pode deixar de receber (e de fazer)

tados e municípios encargos hoje sob a administração do governo federal como parte da merenda escolar, a distribuição de leite, e a assistência médica de emergência. Mesmo assim, segundo Panzarini, o desengargalo da União nesses serviços públicos será irrisório em relação à massa de recursos financeiros que ela deixará de arrecadar.

Explica-se. O próprio projeto de Carta está prevendo que o governo federal vai aplicar 18% dos recursos que arrecada em educação. Atualmente, apenas a educação superior está fortemente concentrada na União. Essa vinculação, assim, criará uma série de problemas. Primeiro, será difícil o governo federal querer que o governo da Paraíba absorva, por exemplo, a Universidade Federal mantida naquele Estado. "O orçamento da universidade é quase igual ao do governo daquele estado, o que logicamente impedirá sua absorção", diz Panzarini. Em segundo lugar, em função da obrigatoriedade dos 18%, mesmo que o governo federal conseguisse se desvincular dessa universidade teria de

A forma de indicação do primeiro-ministro, no entanto, é outro ponto de discordância e, segundo o líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, o principal obstáculo a um acordo entre as várias correntes parlamentaristas. Scalco disse que a liderança não abre mão de a indicação do primeiro-ministro ser submetida à Câmara, depois de formalizada pelo presidente da República.

Já as bancadas de esquerda da Constituinte, à exceção do PT e do PDT, emitiram nota contrária ao parlamentarismo gradual, defendendo a imediata adoção do sistema, logo depois da promulgação da nova Constituição. A nota, assinada por parlamentares do Movimento de Unidade Progressista do PMDB (MUP), do PCB, do PSB e do PC do B, defende eleições diretas para presidente em 1988, condena o voto distrital e acrescenta que, para evitar que o parlamentarismo se constitua numa farsa, não se pode abrir mão da distinção entre

chefe de Estado — o presidente da República — e chefe de governo — o primeiro-ministro. Afirma também que a adoção desse sistema implica necessariamente na possibilidade de dissolução da Câmara e convocação de novas eleições pelo presidente da República.

O PDT é presidencialista, o PT está dividido e o PFL e o PDS também. Nestes dois últimos, as divergências afloraram ontem com a ameaça das lideranças e de seus presidentes — Marco Maciel (PFL) e Jarbas Passarinho (PDS) — de retirar os adeptos do parlamentarismo da Comissão de Sistematização, trocando-os por presidencialistas. O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) chegou a admitir que se seu partido fechar questão em torno do presidencialismo, ele mesmo tomaria a iniciativa de deixar a Comissão, para poder votar com sua convicção de parlamentarista. O líder do PFL, deputado José Lourenço, disse que os membros da Comissão de Sistematização ocupam cargo de confiança e por isso poderiam ser fastados.

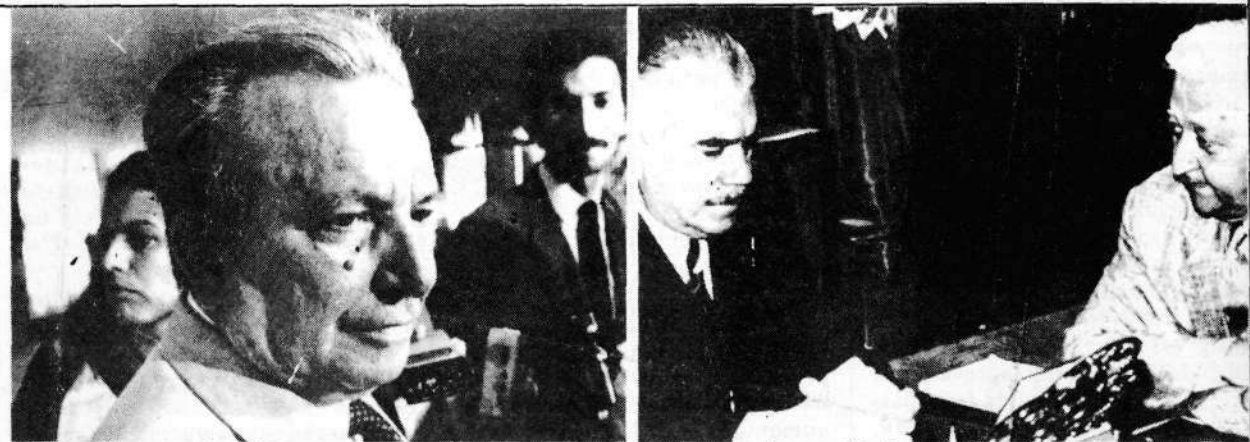
Do lado do PMDB, o líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), voltaram a advertir que o mandato do presidente Sarney poderá ser reduzido para quatro anos se a Constituinte aprovar o presidencialismo na forma da emenda do deputado Theodoro Mendes, o que, na opinião de Fernando Henrique, equivaleria a retornar ao regime militar, pois mantém as atribuições presidenciais de editar decretos-leis e vetar propostas aprovadas pelo Congresso, além de não permitir moção de censura aos ministros militares.

criar outra para poder cumprir a Constituição.

Nas negociações parlamentares que estarão ocorrendo nas próximas 24 horas um outro tema preocupa os governos estaduais, especialmente os industrializados. Até agora, estava certo que o estadual Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) teria apenas uma alíquota mínima. Fortes pressões, nos últimos dias, pretendem fixar também uma alíquota máxima. "Isto tiraria a autonomia tributária dos estados", afirma Panzarini, ao explicar que o não estabelecimento do máximo permite o manejo político regional das alíquotas, dando aos estados um mínimo de autonomia tributária. A fixação de alíquotas máximas, entretanto, beneficiaria a União que, assim, teria mais flexibilidade para executar a administração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sob sua competência.

De qualquer forma, pode-se dizer que as negociações parlamentares foram até agora pelo menos saudáveis, num aspecto, para os bolsos dos contribuintes. Foi eliminado o percentual de até 5% sobre o Imposto de Renda devido, previsto originariamente para ser cobrado pelos estados. Ou seja, além do que se paga hoje para a União haveria um adicional para os estados. O projeto a ser apresentado amanhã prevê que os estados só poderão cobrar esse adicional de Imposto de Renda apenas sobre os ganhos de capital.

Vicente Dianezi Filho



Cid Carvalho: proposta "chope com água".

Gueiros, com Sarney: "Parlamentarismo é golpe".

O relator Bernardo Cabral está com seu substitutivo pronto, porém com janelas em alguns artigos e, especialmente, nos capítulos II e III que cuidam das atribuições do presidente da República, da formação do governo e do Conselho de Ministros.

É compreensível a cautela do relator, pois as oscilações dos constituintes são a característica principal desta fase de preparo do novo texto constitucional.

Os relatores-adjuntos acompanham a ginástica do relator-geral, mas também vacilam em responder sobre os pontos polêmicos. E dizem que até o período do mandato está dependendo do sistema de governo a ser adotado no próximo substitutivo.

Permanece a maioria parlamentarista na Comissão de Sistematização e a disposição do relator de manter no texto esse sistema de governo para que ele seja objeto de pedido de destaque nas votações a que serão submetidos os títulos e capítulos, da mesma maneira como deverá ocorrer no plenário da Constituinte.

O que estiver no texto substitutivo a ser discutido e votado na comissão presidida pelo senador Afonso Arinos, tem absoluta vantagem de aprovação. Isso porque qualquer votação de requerimento de destaque, visando modificá-lo, implica a presença e o voto de 47 dos seus integrantes.

É por isso que o governo vem desenvolvendo o maior esforço, alimentado pela pressão de ministros e governadores junto às bancadas estaduais na Constituinte, admitindo, até mesmo, algumas modificações para efeito de um acordo.

O presidente Sarney, porém, avança e recua, pois ao admitir um acordo com base em um sistema parlamentarista, ao mesmo tempo inabilita essa possibilidade com um anúncio que ele sabe recusado pelos parlamentares: o direito do presidente de dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições.

A estranheza do general Leônidas Pires Gonçalves ficou bailando das preocupações do presidente Sarney: se na Comissão de Sistematiza-

As janelas do substitutivo

Freitas Nobre

ção a Aliança Democrática possui 78,4% de sua representação (52,6% do PMDB e 25,8% do PFL), por que está o governo enfrentando tanta dificuldade na aprovação de suas propostas?

Os constituintes da Aliança Democrática se explicam, dizendo que os compromissos iniciais da transição estão cumpridos e que, agora, na redação do texto constitucional, cada representante do povo deve ter liberdade de ação, especialmente quando se trata do sistema de governo. Nesse caso, os compromissos assumidos pelos dois partidos — segundo eles — não podem comprometer a atuação popular dos parlamentares e as posições assumidas durante a campanha eleitoral relativamente a pontos definidos, mesmo quando colidentes com os programas partidários considerados superados. Aliás, são os próprios partidos que admitem que seus programas precisam ser refeitos e, nesse sentido, o PMDB de São Paulo, presidido pelo deputado Airton Sandoval, iniciou os debates das bases visando essa modificação programática.

E o redimensionamento político das legendas e sua atualização programática terão que vir rapidamente, sob pena de já não alcançarem os partidos em condições de manter sua relativa unidade.

O exemplo dessa dispersão encontra-se em todas as siglas, mas, especialmente nos maiores agrupamentos partidários. No PMDB, por exemplo, o relator Bernardo Cabral não esconde que o partido dissolve-se com a Constituinte e o líder pe-

medebista no Senado, Fernando Henrique, não disfarça uma realidade que ele resume numa frase bem explorada pela jornalista Rosa Dal-

cin: "O PMDB se afastou da rua".

Além disso, o deputado Expedito Machado, líder de um dos grupos conservadores, conhecido como Centro Democrático, deverá reunir-se com seus companheiros hoje, às 20 horas, em um jantar no Clube do Congresso, para o qual está anunciada a presença do presidente Sarney. O comunicado do referido grupo — que abriga constituintes de várias legendas —, lacônico, mas curioso, declara-se "intrapartidário do PMDB" e afirma-se "coerente com suas linhas pragmáticas".

Toda essa confusão parlamentar vai consolidando futuros agrupamentos partidários, até porque as lideranças se diluem na crescente crise de autoridade de que é também exemplo o caso do constituinte Alcega Guerra, vice-líder do PFL e também membro da Comissão de Sistematização, que era presidencialista e que agora se declara parlamentarista. Maliciosamente diz ter mudado de posição, porque só agora tomou conhecimento dos argumentos parlamentaristas do líder pefelista José Lourenço, enunciados há alguns meses.

Outra curiosidade na Comissão de Sistematização é a participação por Estado, pois as duas maiores representações são as de São Paulo, e Pernambuco, com 13 e 12 membros respectivamente, o que significa o índice de 13,9 e 12,9% para as referidas unidades naquele importante órgão de triagem e decisão prévia com vistas ao texto do novo substitutivo.

Afinal, um texto com tantas janelas abertas, aguardando as providências do mordomo-chefe e as carícias das mordomias clássicas, pode sofrer modificações de última hora, como as alterações de temperatura na febre das gripes cívicas, quando todo um grupo de suplentes compensa a ausência dos membros efetivos em viagem pelo País ou pelo Exterior, contrituindo, assim, para modificar o sistema de governo pela substituição de titulares.